



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

NÚCLEO DE APOIO DOCUMENTAL E INFORMAÇÃO JURÍDICA

Centro de Estudos Judiciários ***Tráfico de Seres Humanos***

Jurisprudência Constitucional relacionada

Imigração ilegal - Crime de lenocínio – Prostituição

[Acórdão n.º 144/2004](#) - Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 170.º, n.º 1, do Código Penal.

[Acórdão n.º 396/2007](#) – [...] não julga inconstitucionais: a norma do artigo 170.º do Código Penal, na redacção da Lei n.º 65/98 de 2 de Setembro, a Lei de Autorização Legislativa n.º 22/2002 de 21 de Agosto, concedida para a edição do Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, a norma do n.º 2 do artigo 134.º-A do Decreto-Lei n.º 244/98 de 8 de Agosto, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 34/2003 de 25 de Fevereiro, ao abrigo da autorização contida na Lei n.º 22/2002 de 21 de Agosto.

[Acórdão n.º 591/2007](#) - Confirma a decisão sumária que não julgou inconstitucional a norma do artigo 170.º do Código Penal, na redacção da Lei n.º 65/98 de 2 de Setembro. [cf. resumo da doutrina, trabalhos preparatórios, direito internacional e jurisprudência anterior] Maio de 2013

[Acórdão n.º 340/2008](#) – [...] não julga inconstitucionais as normas constantes da alínea o) do artigo 2.º da Lei n.º 22/2002, de 21 de Agosto, e do n.º 2 do artigo 134.º-A do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro.